(Español abajo)

Exmos. Srs. Chanceleres dos países amazônicos
Exmo. Sr. Martin Von Hildebrand, Secretário Geral da OTCA

Prezados senhores,

Com nossas cordiais saudações, apresentamos respeitosamente uma proposta para vossa apreciação no âmbito dos preparativos para a V Cúpula dos Presidentes/as da Amazônia, a ser realizada em Bogotá em agosto de 2025, objetivando o fortalecimento da cooperação entre os países membros da OTCA em torno do tema **Infraestrutura com sustentabilidade ambiental, resiliência climática e inclusão social**.

Durante os preparativos para a IV Cúpula da Amazônia, nossas organizações apresentaram um conjunto de propostas sobre este tema como insumos para a Declaração de Belém, a exemplo do documento Infraestrutura para o Desenvolvimento com Sustentabilidade Socioambiental. Assim, ficamos muito satisfeitos ao verificar que, entre outros avanços, a Declaração de Belém incluiu um capítulo específico sobre **Infraestrutura Sustentável**, destacando-se o seguinte encaminhamento, entre outros:

> *Fortalecer as políticas públicas, a cooperação e o diálogo aberto sobre a incorporação de padrões de sustentabilidade no planejamento e na execução de projetos de infraestrutura na Amazônia, considerando seus impactos ambientais, sociais e econômicos, diretos e indiretos, em harmonia com a conservação de ecossistemas, paisagens, funções ambientais e serviços ecossistêmicos associados, em consulta e com o devido enfoque de direitos humanos em relação às comunidades afetadas, incluindo povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, desde a fase do planejamento, nos termos das respectivas legislações nacionais; (item 68)*

Entretanto, o baixo nível de implementação dos encaminhamentos do capitulo "Infraestrutura Sustentável" na Declaração de Belém, até o presente momento, tem nos deixado bastante preocupados /as, tendo em vista a extrema relevância e urgência deste tema para o enfrentamento da crise das mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas.

Por isso, apresentamos, em anexo, uma proposta de resolução, objetivando a elaboração de um **Plano Estratégico de Infraestrutura Sustentável, Inclusiva e Resiliente para a Panamazônia**, a ser desenvolvido por um **Grupo de Trabalho** integrado por representantes de países membros, com a facilitação da Secretaria Geral da OTCA, contando com a participação permanente da comunidade científica e de organizações da sociedade civil, inclusive representantes de povos indígenas, movimentos sociais, e comunidades locais.

Cordialmente,

Fórum Social Panamazônico (FOSPA), Aliança Mundial pela Amazônia (AMA), Rede Eclesiástica Panamazônica (REPAM)), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Grupo de Trabalho Infraestrutura e Justiça Socioambiental (GT Infra)

ANEXO

Proposta de Resolução
XVI Reunião de Ministros de Relações Exteriores dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

CONSIDERANDO:

A Declaração da IV Reunião dos Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), adotada em Belém em 8 de agosto de 2023, que inclui um capítulo específico sobre o tema "Infraestrutura Sustentável" (itens 68 a 70);

Que o Tratado de Cooperação Amazônica expressa o propósito comum das Partes de unir esforços para promover o desenvolvimento harmonioso da Amazônia, permitindo uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre os Países-Membros, elevar o nível de vida de seus povos e alcançar a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais, preservando o meio ambiente e promovendo a conservação e o uso racional dos recursos naturais;

DECIDE

Estabelecer um Grupo de Trabalho responsável para elaborar um **Plano Estratégico de Infraestrutura Sustentável, Inclusiva e Resiliente para a Amazônia**, no marco do Tratado de Cooperação Amazônica e da Declaração de Belém;

Determinar que o Grupo de Trabalho será integrado por representantes dos Governos dos Países Membros, incluindo instituições responsáveis pelo planejamento setorial de infraestrutura, especialmente nos setores de transportes e energia, meio ambiente e gestão territorial, contando com a participação permanente da comunidade científica e de organizações da sociedade civil, inclusive representantes de povos indígenas, movimentos sociais, e comunidades locais.

Afirmar, em consonância com a Declaração de Belém, que as atribuições do Grupo de Trabalho e o processo de elaboração do plano estratégico devem contemplar:

a) Fomento ao intercâmbio de experiências e conhecimentos, objetivando o aproveitamento de lições e a adoção de melhores práticas no planejamento setorial e em todo o ciclo dos projetos de infraestrutura;
b) Adoção de metodologias que facilitem a participação permanente de organizações da sociedade civil e da comunidade científica na realização dos trabalhos;

c) Elaboração e encaminhamento de propostas de aprimoramento de instrumentos e processos decisórios, com atenção especial para a incorporação de riscos socioambientais, aspectos de viabilidade econômica e análise de alternativas no planejamento de infraestrutura;
d) Cooperação entre países no planejamento e implementação de projetos de infraestrutura em regiões transfronteiriças, com atenção especial à gestão de riscos socioambientais e à inclusão social, o que implica numa abordagem regional e abrangente dos mesmos;
e) Alinhamento de políticas de infraestrutura com instrumentos de planejamento e governança territorial, contemplando a gestão de bacias hidrográficas, a conservação da biodiversidade, os direitos territoriais de povos indígenas e outras comunidades locais, e o combate a crimes ambientais;
f) Reconhecimento da importância da integridade de ecossistemas e dos direitos da natureza como fundamentos para a infraestrutura sustentável, inclusiva e resiliente;
g) Ampliação e consolidação da infraestrutura voltada a melhorias na qualidade de vida das populações locais, especialmente dos grupos mais vulneráveis, em áreas como saúde, acesso à água potável, saneamento, transporte, energia e comunicações, serviços comunitários e acesso à internet de qualidade;
h) Fortalecimento da infraestrutura de apoio a atividades produtivas, inclusive cadeias da sociobiodiversidade, que contribuam para a segurança hídrica e alimentar e a geração de emprego e renda, valorizando o conhecimento tradicional e a inovação tecnológica;
i) Aprimoramento de políticas de transparência e participação social nas etapas de planejamento, licenciamento ambiental e concessão de projetos de infraestrutura, com a devida atenção para questões de acesso a informação, igualdade de gênero e diversidade cultural, tendo em vista as diretrizes estabelecidas no Acordo de Escazú;
j) Definição de procedimentos para garantir o direito a consulta e consentimento livre prévio e informado dos povos indígenas e outras populações tradicionais sobre políticas, planos, programas e projetos de infraestrutura, no marco da Convenção 169 da OIT, respeitando os protocolos autônomos de consulta, sempre que houver;
k) Coordenação com iniciativas estabelecidas por outras resoluções ministeriais da OTCA.

Prever que o **Plano Estratégico de Infraestrutura Sustentável, Inclusiva e Resiliente para a Panamazônia** incluirá como conteúdo básico: a) conceitos, objetivos e diretrizes; b) diagnóstico de trajetórias e cenários futuros; c) análise de alternativas sob a ótica do interesse público, considerando marcos legais e institucionais referentes à sustentabilidade ambiental, inclusão social e resiliência climática; d) metas e respectivos aspectos operacionais (cronograma, responsabilidades institucionais, orçamento e instrumentos de financiamento, sistema de monitoramento e avaliação, contemplando mecanismo para recebimento de eventuais queixas de comunidades afetadas), e fr e) um guia de boas práticas.

Convidar a Secretaria Geral da OTCA para facilitar a atuação do Grupo de Trabalho na elaboração do **Plano Estratégico de Infraestrutura Sustentável, Inclusiva e Resiliente para a Panamazônia** a ser apresentado à Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR) num prazo de 180 dias, assim como a busca de oportunidades de cooperação técnica e financeira em nível internacional.

Español

Estimados Cancilleres de los países amazónicos,
Estimado Martín Von Hildebrand, Secretario General de la OTCA

Estimados señores,

Con nuestro cordial saludo, presentamos respetuosamente una propuesta a su consideración en el marco de los preparativos de la V Cumbre de Presidentes/as de la Panamazonía, a realizarse en Bogotá en agosto de 2025, con el objetivo de fortalecer la cooperación entre los países miembros de la OTCA en torno al tema de **Infraestructura con sostenibilidad ambiental, resiliencia climática e inclusión social** .

Durante los preparativos de la IV Cumbre de la Amazonía, nuestras organizaciones presentaron un conjunto de propuestas sobre este tema como insumo para la Declaración de Belém, como el documento « Infraestructura para el Desarrollo con Sostenibilidad Socioambiental» . Por ello, nos complace enormemente ver que, entre otros avances, la Declaración de Belém incluyó un capítulo específico sobre **Infraestructura Sostenible** , destacando, entre otros, los siguientes:

> *Fortalecer las políticas públicas, la cooperación y el diálogo abierto sobre la incorporación de estándares de sostenibilidad en la planificación y ejecución de proyectos de infraestructura en la Amazonía, considerando sus impactos ambientales, sociales y económicos directos e indirectos, en armonía con la conservación de los ecosistemas, paisajes, funciones ambientales y servicios ecosistémicos asociados, en consulta y con el debido enfoque de derechos humanos en relación con las comunidades afectadas, incluidos los pueblos indígenas y las comunidades locales y tradicionales, desde la etapa de planificación, de conformidad con la legislación nacional respectiva; (punto 68)*

Sin embargo, el bajo nivel de implementación de las directrices del capítulo “Infraestructura Sostenible” de la Declaración de Belém, hasta la fecha, nos ha dejado bastante preocupados, dada la extrema relevancia y urgencia de este tema para enfrentar la crisis del cambio climático, conservar la biodiversidad y mejorar la calidad de vida de las poblaciones amazónicas.

Por ello, presentamos, en anexo, una propuesta de resolución, orientada a la elaboración de un **Plan Estratégico de Infraestructura Sostenible, Inclusiva y Resiliente para la Panamazonía,** a ser desarrollado por un Grupo de Trabajo integrado por representantes de los países miembros, con la facilitación de la Secretaría General de la OTCA, contando con la participación permanente de la comunidad científica y de organizaciones de la sociedad civil, incluyendo representantes de pueblos indígenas, movimientos sociales y comunidades locales.

Cordialmente,

Foro Social Panamazónico (FOSPA), Alianza Mundial por la Amazonía (AMA), Red Eclesiástica Panamazónica (REPAM), Grupo de Trabajo de la Amazonía (GTA), Grupo de Trabajo de Infraestructura y Justicia Socioambiental (GT Infra)

ANEXO

Propuesta de resolución
XVI Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores de los Países Miembros de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica

CONSIDERANDO:

La Declaración de la IV Reunión de los Presidentes/as de los Estados Partes del Tratado de Cooperación Amazónica (TCA), adoptada en Belém el 8 de agosto de 2023, que incluye un capítulo específico sobre el tema "Infraestructura Sostenible" (puntos 68 a 70);

Que el Tratado de Cooperación Amazónica expresa el propósito común de las Partes de aunar esfuerzos para promover el desarrollo armónico de la Panamazonía, permitiendo una distribución equitativa de los beneficios de ese desarrollo entre los Países Miembros, elevando el nivel de vida de sus pueblos y logrando la plena incorporación de sus territorios amazónicos a sus respectivas economías nacionales, preservando el medio ambiente y promoviendo la conservación y el uso racional de los recursos naturales;

DECIDE

Establecer un Grupo de Trabajo encargado de elaborar un **Plan Estratégico de Infraestructura Sostenible, Inclusiva y Resiliente para la Panamazonía**, en el marco del Tratado de Cooperación Amazónica y la Declaración de Belém;

Determinar que el Grupo de Trabajo será integrado por representantes de los Gobiernos de los Países Miembros, incluyendo las instituciones responsables de la planificación de la infraestructura sectorial, especialmente en los sectores de transporte y energía, medio ambiente y gestión territorial, la participación permanente de la comunidad científica y de organizaciones de la sociedad civil, incluyendo representantes de los pueblos indígenas, movimientos sociales y comunidades locales.

Afirmar, de conformidad con la Declaración de Belém, que las responsabilidades del Grupo de Trabajo y el proceso de elaboración del plan estratégico deben incluir:

a) Promover el intercambio de experiencias y conocimientos, con el objetivo de aprovechar las lecciones aprendidas y adoptar las mejores prácticas en la planificación sectorial y a lo largo de todo el ciclo de los proyectos de infraestructura;
b) Adopción de metodologías que faciliten la participación continua de las organizaciones de la sociedad civil y la comunidad científica en el trabajo;
c) Elaboración y presentación de propuestas para mejorar los instrumentos y procesos de toma de decisiones, con especial atención a la incorporación de riesgos socioambientales, aspectos de viabilidad económica y análisis de alternativas en la planificación de infraestructura;

d) Cooperación entre países en la planificación e implementación de proyectos de infraestructura en regiones transfronterizas, prestando especial atención a la gestión de riesgos socioambientales y la inclusión social; que implique una visión regional e integral de los mismos;
e) Alineación de las políticas de infraestructura con los instrumentos de planificación y gobernanza territorial, abarcando la gestión de cuencas hidrográficas, la conservación de la biodiversidad, los derechos territoriales de los pueblos indígenas y otras comunidades locales, y la lucha contra los delitos ambientales;
f) Reconocimiento de la importancia de la integridad de los ecosistemas y los derechos de la naturaleza como fundamentos para una infraestructura sostenible, inclusiva y resiliente; Ampliación y consolidación de infraestructura destinada a mejorar la calidad de vida de las poblaciones locales, especialmente de los grupos más vulnerables, en áreas como la salud, el acceso al agua potable, el saneamiento, el transporte, la energía y las comunicaciones, los servicios comunitarios y el acceso a internet de calidad;
g) Fortalecimiento de la infraestructura para apoyar las actividades productivas, incluidas las cadenas de sociobiodiversidad, que contribuyen a la seguridad hídrica y alimentaria, así como a la generación de empleo e ingresos, valorando los conocimientos tradicionales y la innovación tecnológica;
h) Mejorar las políticas de transparencia y participación social en las etapas de planificación, licenciamiento ambiental y concesión de proyectos de infraestructura, prestando la debida atención a las cuestiones de acceso a la información, igualdad de género y diversidad cultural, de conformidad con los lineamientos establecidos en el Acuerdo de Escazú;
i) Definir procedimientos para garantizar el derecho a la consulta y al consentimiento libre, previo e informado de los pueblos indígenas y otras poblaciones tradicionales sobre políticas, planes, programas y proyectos de infraestructura, en el marco del Convenio 169 de la OIT, respetando los protocolos de consulta autónoma, cuando corresponda;
j) Coordinar con las iniciativas establecidas en otras resoluciones ministeriales de la OTCA.

Disponer que el **Plan Estratégico de Infraestructura Sostenible, Inclusiva y Resiliente para la Amazonía** incluirá como contenido básico: a) conceptos, objetivos y lineamientos; b) diagnóstico de trayectorias y escenarios futuros; c) análisis de alternativas desde la perspectiva del interés público, considerando los marcos legales e institucionales relacionados con la sostenibilidad ambiental, la inclusión social y la resiliencia climática; y d) metas y respectivos aspectos operativos (cronograma, responsabilidades institucionales, presupuesto e instrumentos de financiamiento, sistema de monitoreo y evaluación, incluyendo un mecanismo para recibir eventuales quejas de las comunidades afectadas), y e) un guía de buenas prácticas.

Invitar a la Secretaría General de la OTCA a facilitar las actividades del Grupo de Trabajo en la elaboración del **Plan Estratégico de Infraestructura Sostenible, Inclusiva y Resiliente para la Amazonía** a ser presentado a la Comisión de Coordinación del Consejo de Cooperación Amazónica (CCOOR) dentro de 180 días, así como la búsqueda de oportunidades de cooperación técnica y financiera a nivel internacional.